



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

DESTAQUES (RS MM) 4T21	4T21	4T20	Δ %	2021	2020	Δ %
Margem Bruta	537	494	9%	2.124	1.686	26%
EBITDA	295	273	8%	1.287	822	57%
Resultado Financeiro	(176)	(96)	83%	(439)	(251)	75%
Lucro Líquido	23	79	(71%)	376	217	73%

INDICADORES OPERACIONAIS						
Energia Injetada (GWh)	4.679	4.641	0,8%	17.628	17.235	2,3%
Energia Distribuída (GWh)	3.810	3.564	6,9%	14.608	13.822	5,7%
Número de Clientes (mil)	3.888	3.820				
DEC anualizado (horas)	12,03	13,00				
FEC anualizado (interrupções)	5,75	5,51				
Perdas Totais 12 meses (%)	17,13%	18,10%				

Indicadores Financeiros de Dívida ¹	2021	2020	Variação
Dívida Líquida ² /EBITDA ³	4,42	5,10	(0,68)
EBITDA/Resultado Financeiro ⁴	2,93	3,27	(0,34)
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AA-	



(limite mínimo); a elevação do limite da velocidade da trajetória de redução e o estabelecimento de regras específicas para áreas de risco, ASRO - Áreas com Severa Restrição Operativa.

Quanto ao tema de Receitas Irrecuperáveis, a ANEEL manteve a metodologia atual atualizando a base de dados (com a adoção de 4 anos, 2017 a 2020). A metodologia continua levando em consideração o ranking de complexidade socioeconômica, que foi atualizado nesta revisão da metodologia de perdas não técnicas.

3.3. Medidas associadas à Covid-19

Restrições operacionais temporárias para distribuidoras
 Foi publicada em 26 de março a Resolução Normativa ANEEL nº 928/2021, impondo restrições operacionais para preservar a segurança do atendimento aos consumidores devido à pandemia. As principais medidas adotadas foram a vedação da suspensão do fornecimento para determinados grupos de consumidores (residencial baixa renda, usuários de equipamentos vitais, entre outros), a suspensão do prazo nonagesimal para corte do fornecimento (todos os consumidores), e a postergação do pagamento pelas distribuidoras das compensações por violação dos limites de continuidade individuais e de conformidade de tensão. A resolução, que tinha vigência inicial até 30 de junho, foi prorrogada até 30 de setembro por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 936/2021, de 15 de junho.

Reequilíbrio das distribuidoras

Foi divulgada em 23 de novembro a Resolução Normativa ANEEL nº 952/2021, que trata da correção dos desequilíbrios econômicos decorrentes da pandemia, do estabelecimento da metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a crise sanitária e da definição dos critérios para ressarcimento aos consumidores de custos associados a operação de crédito da Conta-Covid em 2020.

3.4. Medidas associadas à Crise Hídrica

Criação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) – jun/21

A Medida Provisória nº 1.055 instituiu a CREG, que teve como competência a definição das diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para a operação dos reservatórios das usinas hidrelétricas do País, envolvendo definições para limites de uso, armazenamento e vazão, preservando as competências dos órgãos e entidades responsáveis pela implementação das diretrizes. A vigência da CREG foi até 30/12/2021.

Programa de Resposta à Demanda – ago/21

O programa já existe desde 2017, mas em agosto de 2021 o MME instituiu para unidades consumidoras do SIN, de forma a recompensar os cidadãos que reduzirem em até 10% o consumo, com um bônus de R\$ 50 para cada 100 kWh economizados. O programa teve duração até dezembro de 2021 e foi válido para aqueles que reduziram o consumo entre 10% e 20%.

Bandeira Tarifária de Escassez Hídrica – set/21

Criada para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia, a bandeira Escassez Hídrica foi estabelecida em R\$14,20 a cada 100 kWh consumidos e passou a valer para todos os consumidores de setembro/21 a abril/22, com exceção dos beneficiários da tarifa social.

3.5. Liberalização do Mercado

Em dez/19, foi publicada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) a Portaria nº 465 que reduziu os limites para acesso dos consumidores ao mercado livre de energia:

- A partir de 1º de janeiro de 2021, os consumidores com carga ≥ 1.500 kW;
- A partir de 1º de janeiro de 2022, os consumidores com carga ≥ 1.000 kW; e
- A partir de 1º de janeiro de 2023, os consumidores com carga ≥ 500 kW.

Até 31 de janeiro de 2022, foram realizados estudos sobre as medidas regulatórias necessárias para permitir a abertura do mercado livre para os consumidores com carga inferior a 500 kW, incluindo o comercializador regulado de energia e proposta de cronograma de abertura iniciando em 1º de janeiro de 2024.

Além disso, o Projeto de Lei 414/2021 (nº anterior: PLS 232/2016), do Senado, prevê a portabilidade da conta de luz entre as distribuidoras, alterando, dessa forma, o marco regulatório do setor elétrico possibilitando a criação de um mercado verdadeiramente livre no País. O texto segue em tramitação na Câmara dos Deputados. O PL prevê que de imediato, os consumidores de cargas superiores a 3 mil kWh poderão escolher o fornecedor e que em um prazo de 42 meses após a sanção da lei, todos os consumidores poderão optar pelo ambiente de livre contratação. Outra mudança é que os resultados das operações das concessionárias de distribuição de energia elétrica com excesso involuntário de energia, observados os mecanismos de ajuste de sobras e déficits de energia elétrica disponíveis e o princípio de máximo esforço, serão alocados a todos os consumidores dos ambientes de contratação regulada e livre, mediante encargo tarifário na proporção do consumo de energia.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Número de Consumidores

A Companhia encerrou 2021 com 3.888 mil consumidores, 68 mil novos consumidores em relação a 2020 (+1,8%).

Número de Consumidores (Em milhares)	2021		2020		Participação no Total %		2021 x 2020	
	2021	2020	2021	2020	Dif.	%		
Residencial	3.484	3.414	89,6%	89,4%	70	2,1%		
Industrial	5	5	0,1%	0,1%	-	(0,4%)		
Comercial	227	225	5,8%	5,9%	2	0,9%		
Rural	139	143	3,6%	3,7%	(4)	(2,8%)		
Outros	34	33	0,9%	0,9%	1	3,0%		
Total	3.888	3.820	100%	100%	68	1,8%		

4.2. Evolução do Mercado

Energia Distribuída (GWh)	NEOENERGIA PERNAMBUCO		Participação no Total %		4T21 x 4T20		NEOENERGIA PERNAMBUCO		Participação no Total %		2021 x 2020	
	4T21	4T20	4T21	4T20	Dif.	%	2021	2020	2021	2020	Dif.	%
Residencial	1.412	1.392	51,3%	54,1%	20	1,4%	5.454	5.413	51,4%	52,5%	41	0,8%
Industrial	122	113	4,4%	4,4%	9	8,0%	500	502	4,7%	4,9%	(2)	(0,4%)
Comercial	555	501	20,2%	19,5%	54	10,8%	2.119	2.062	20,0%	20,0%	57	2,8%
Rural	183	165	6,7%	6,4%	18	10,9%	678	618	6,4%	6,0%	60	9,7%
Outros	478	404	17,4%	15,7%	74	18,3%	1.863	1.711	17,3%	16,6%	152	8,9%
Total Energia Distribuída (Cativa)	2.750	2.574	72%	72%	176	6,8%	10.614	10.307	73%	75%	307	3,0%
 Mercado Livre	1.060	990	27,8%	27,8%	70	7,1%	3.994	3.515	27,3%	25,4%	479	13,6%
Total Energia Distribuída (Cativa + Livre)	3.810	3.564	100%	100%	246	6,9%	14.608	13.822	100%	100%	786	5,7%

A energia distribuída (cativa + livre) no 4T21 foi de 3.810 GWh, +6,9% vs. 4T20 e de 14.608 GWh em 2021, +5,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior, explicada, principalmente, pelo aumento da base de clientes (+1,8%), maiores temperaturas no trimestre e pela retomada do mercado na área de concessão com a flexibilização das medidas restritivas impostas pela pandemia. Vale destacar, também, o impacto da REN 863/2019, que levou o não faturado no 4T20 a 249 GWh, diminuindo a energia distribuída no 4T20 sem impacto no resultado econômico.

O consumo residencial apresentou um incremento de 1,4% no trimestre, impactado, principalmente, pela maior temperatura. Já o acumulado registrou aumento de 0,8% vs. 2020, influenciado, majoritariamente, pelo aumento na base de clientes.

O segmento cativo da classe industrial apresentou um crescimento de 8,0% na comparação trimestral, explicado pelo melhor desempenho dos setores de construção civil e de papel e derivativos. Já no acumulado, houve uma queda de 0,4% da classe industrial cativa, que, quando analisada em conjunto com o mercado livre, resulta em um crescimento de 11,9%, explicado pelo retorno da atividade econômica, somado ao maior consumo dos setores de automotivos, embalagem/plástico e de construção civil. O impacto da Resolução 863 deu-se, basicamente, neste segmento no 4T20.

A classe comercial cativa apresentou aumento de 10,8% no 4T21 vs. 4T20 e de 2,8% em 2021, explicada por um cenário mais favorável da economia. Na classe rural, o resultado do trimestre ficou 10,9% acima do 4T20, enquanto no acumulado observou-se crescimento de 9,7% em relação a 2020, explicado pelo melhor desempenho do agronegócio e maior demanda de irrigação.

As outras classes apresentaram acréscimo de 18,3% no trimestre e de 8,9% em 2021, fruto da flexibilização das medidas restritivas da Covid-19 e com retorno de algumas atividades, tais como reabertura escalonada de escolas e de unidades do Poder Público.

4.3. Balanço Energético

A energia injetada (energia fornecida aos clientes próprios + concessionárias de fronteira + clientes livres + perdas) atingiu o patamar de 4.679 GWh no 4T21, sendo 0,8% superior ao 4T20 e em 2021 foi de 17.628 GWh, +2,3% vs. 2020.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T21		4T20		4T21 x 4T20		2021		2021		2021 x 2021	
	4T21	4T20	4T21	4T20	Dif.	%	2021	2021	Dif.	%		
 Mercado Cativo	2.750	2.574	176	6,8%	10.614	10.307	307	3,0%				
 Mercado Livre + Suprimento	1.060	990	70	7,1%	3.994	3.515	479	13,6%				
Energia Distribuída (A)	3.810	3.564	246	6,9%	14.608	13.822	786	5,7%				
Energia Perdida (B)	800	829	(29)	(3,5%)	3.045	3.106	(62)	(2,0%)				
Não Faturado (C)	69	249	(179)	(72,3%)	(25)	307	(332)	(108,1%)				
Energia Injetada (D) = (A) + (B) + (C)	4.679	4.641	38	0,8%	17.628	17.235	393	2,3%				

⁽¹⁾ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants
⁽²⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
⁽³⁾ EBITDA e Resultado Financeiro de 12 meses
⁽⁴⁾ Energia injetada foi de 4.679 GWh no 4T21 (+0,8% vs. 4T20) e de 17.628 GWh no ano (+2,3% vs. 2020), confirmando a retomada da atividade econômica ao longo do ano.
 • Energia distribuída foi de 3.810 GWh no 4T21 (+6,9% vs. 4T20) e de 14.608 GWh em 2021 (+5,7% vs. 2020). Vale destacar, também, o impacto da REN 863/2019, que levou o não faturado no 4T20 a 249 GWh, diminuindo a energia distribuída no 4T20 sem impacto no resultado econômico.
 • Despesas Operacionais no 4T21 de R\$ 195 milhões (-6% vs. 4T20) e de R\$ 670 milhões em 2021 (-3% vs. 2020), confirmando ganhos com eficiências;
 • EBITDA de R\$ 295 milhões no trimestre (+8% vs. 4T20) e, no acumulado, de R\$ 1.287 milhões (+57% vs. 2020);
 • Lucro Líquido de R\$ 23 milhões no 4T21 (-R\$ 56 milhões vs. 4T20) e R\$ 376 milhões em 2021 (+R\$ 159 milhões vs. 2020);
 • R\$ 693 milhões Capex em 2021, maior parte dedicada à expansão da rede;
 • Perdas Totais (12 meses) em 2021 de 17,13%, abaixo do patamar do 4T20;
 • DEC (12 meses) de 12,03h (abaixo do regulatório de 13,27h) e FEC (12 meses) de 5,75x (abaixo do regulatório de 8,11x).

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2021 foi desafiador e com realizações históricas para a Neoenergia Pernambuco. Enfrentamos o pior momento da pandemia de COVID-19 e a chegada da vacina, ainda no primeiro trimestre, foi um marco em direção ao objetivo de retornarmos com segurança aos nossos escritórios. Passamos por uma crise hídrica sem precedentes, com o pior período úmido dos últimos 91 anos no país, o que impôs um aumento nos encargos sobre a energia. Além disso, mudamos nossa marca e, com a unificação, ficamos mais fortes frente ao mercado e aos nossos clientes. Consolidamos o processo de atendimento digital. Foram mais de 61 milhões de atendimentos por meio dos canais digitais – o que representa 92,29% das nossas interações comerciais ao longo do ano. Além disso, realizamos 138 mil novas ligações. Com o término das limitações das ações de cobrança, impostas pelo poder público em função da pandemia, iniciamos uma recuperação do cenário de inadimplência e, mesmo com o aumento da crise financeira, obtivemos um impacto positivo, com resultado 4% abaixo do planejado nos índices de PECLD. Realizamos investimentos na rede na ordem de R\$ 693MM. Foram nove alimentadores construídos, além da instalação e automatização de 315 religadores de linha e 69 esquemas inteligentes. Os investimentos, aliados às ações adotadas por nossas equipes, contribuíram para obtermos DEC e FEC abaixo do limite regulatório - uma redução do DEC em 0,97 horas em relação a 2020 e com o melhor resultado histórico do indicador na Subtransmissão. Obtivemos um resultado recorde também nos indicadores financeiros, com um EBITDA 57% maior e um lucro líquido 73% superior – ambos em comparação com o ano anterior. Além disso, tivemos um aumento da energia injetada, com um crescimento de 2,3% em relação a 2020. O compromisso de melhorar a experiência dos nossos clientes e a qualidade dos nossos serviços continua, com foco em recuperação de energia, combate à inadimplência e melhoria nos índices de qualidade e atendimento - sempre prezando pela integridade e, acima de tudo, pela segurança. Para continuarmos nessa mesma batida em 2022, contamos com a energia dos nossos colaboradores e com o apoio dos acionistas e fornecedores parceiros. Obrigado pela confiança e sigamos em frente!

Saulo Cabral e Silva
 Diretor-Presidente da Neoenergia Pernambuco

1. A COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – NEOENERGIA PERNAMBUCO

A Neoenergia Pernambuco detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 184 municípios do estado de Pernambuco, a totalidade do estado, além do Distrito de Fernando de Noronha e do município de Pedras de Fogo no Estado da Paraíba (PB), abrangendo uma área de concessão de 98,5 mil km².

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de Dezembro de 2021 a Estrutura Acionária da Companhia era:



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

As projeções para a economia, no início de 2021, soavam promissoras, após o duro choque econômico decorrente da pandemia da Covid-19 no ano de 2020. Segundo o Relatório Focus do Banco Central, em 31 de dezembro de 2020, a projeção, para 2021, era de Índice Nacional de Precos ao Consumidor Amplo (IPCA) de 3,32% (dentro da meta de 3,75%), Taxa Selic a 3,0% e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,4%.

Tal otimismo era justificado pela expectativa da retomada econômica e pela descoberta no final de 2020, de vacinas contra o Covid-19. Entretanto, o que se viu foi um ano mais desafiador que o esperado, em especial pela 2ª onda de Covid-19 que atingiu o país ainda no primeiro semestre e pelo próprio programa de imunização da população, que levou alguns meses para ganhar tração.

Os temores em relação ao cenário fiscal, aliados à pior seca no Brasil em 91 anos, pressionaram os custos de operação do setor elétrico como um todo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação medida pelo IPCA, encerrou 2021 com alta acumulada de 10,06%. Como medida para conter a alta da inflação, a Taxa Selic, que caiu até a mínima histórica de 2,0% em 2020, foi a 9,25%, no final de 2021.

Quanto ao PIB, a economia encerrou 2021 com perspectiva de crescimento de 4,5%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), impulsionado pelos setores da indústria e serviço.

No que tange o consumo de energia, de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve um aumento de 4,1% em relação a 2020. Após um primeiro semestre de medidas de isolamento social para combater a pandemia de Covid-19, que impactaram significativamente a demanda por energia elétrica no país, o consumo de energia dá sinais consistentes de sua recuperação.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Tarifas

Em abril de 2021, a Aneel aprovou a 5ª RTP da Neoenergia Pernambuco, com efeito médio para o consumidor de +8,99%, com vigor a partir de 29 de abril. O uso dos créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS, assim como o repêrimento da Rede Básica e a Conta-Covid contribuíram para redução do efeito médio ao consumidor.

A Parcela B, já líquida de outras receitas, atingiu R\$1.961 milhões (+9,3% considerando o mercado dos últimos 12 meses, já descontando receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos). O reajuste dos itens da Parcela B foi integralmente aplicado a partir de 29 de abril de 2021. Para a Base de Remuneração Líquida, o valor aprovado foi de R\$ 5.648 milhões, refletindo o reconhecimento integral dos investimentos realizados. Quanto às Perdas Totais Regulatórias, a Aneel estabeleceu o percentual de 15,1% sobre a energia injetada.

3.2. Principais Discussões Tarifárias ocorridas ao longo do ano

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC
 Em 15 de março, foi publicada a atualização do WACC dos segmentos de geração (usinas costeiras), transmissão e distribuição. Em 2021, para as distribuidoras foi aplicado 7,02%; para as transmissoras e usinas costeiras: 6,76%. Os novos percentuais vêm sendo utilizados nos processos que ocorrerem no período entre março de 2021 e fevereiro de 2022.

O valor vigente em 2020 aplicável às Revisões Tarifárias das distribuidoras foi de 7,32%.

Perdas de Energia e Receitas Irrecuperáveis
 Em dezembro de 2021, a ANEEL aprovou a nova metodologia de perdas, atualizando-a com aprimoramentos que trouxeram avanços na modelagem especialmente na construção do ranking de complexidade, que passou a ser único (baseado em 138 modelos), e não mais pela média de 3 rankings (3 modelos). Houve também a ampliação do número de variáveis avaliadas para 17. Na proposta inicial de abertura da CP considerava-se apenas 5 variáveis. Outros aprimoramentos de destaque na atualização da metodologia foram: a definição do ponto de partida; a alteração do ano de referência no cálculo da meta passando a adotar média de 3 anos; o tratamento para empresa com meta superior ao ponto de partida; a redução do nível de perdas estruturais

4.4. Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

NEOENERGIA PERNAMBUCO	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					
	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	Aneel 21
	8,05%	7,98%	7,89%	8,01%	8,20%	10,11%	9,43%	9,07%	8,73%	8,93%	18,16%	17,41%	16,96%	16,74%	17,13%	15,18%

NEOENERGIA PERNAMBUCO	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					
	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	Aneel 21
	1,388	1,375	1,379	1,409	1,446	1,742	1,625	1,585	1,536	1,574	3,130	3,000	2,964	2,945	3,020	2,615

NOTAS: * Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2021 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2020 foram ajustados para a apuração definitiva.

As Perdas Totais na visão 12 meses no 4T21 foram de 17,13%, um pouco acima do observado no 3T21, mas abaixo do 4T20. A Companhia segue perseguindo o limite regulatório de 15,18%.

- A Companhia vem atuando no plano de combate a perdas e em 2021 as principais ações foram:
- (i) Realização de mais de 183 mil inspeções, com recuperação de mais

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA no trimestre foi de R\$ 295 milhões, incremento de 8% vs. 4T20. No acumulado, o EBITDA foi de R\$ 1.287 milhões, +57% vs. 2020.

O Lucro Líquido foi de R\$ 23 milhões no 4T21 (-R\$ 56 milhões vs. 4T20) e de R\$ 376 milhões em 2021 (+R\$ 159 milhões vs. 2020).

5.1. EBITDA (LAJIDA)
Atendendo à Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

EBITDA (R\$ MM)	4T21	4T20	Variação		2021	2020	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	23	79	(56)	(71%)	376	217	159	73%
Despesas financeiras (B)	(185)	(138)	(47)	34%	(534)	(398)	(136)	34%
Receitas financeiras (C)	32	36	(4)	(11%)	133	129	4	3%
Outros resultados financeiros líquidos (D)	(23)	6	(29)	(483%)	(38)	18	(56)	(311%)
Imposto de renda e contribuição social (E)	(3)	(21)	18	(86%)	(130)	(66)	(64)	97%
Depreciação e Amortização (F)	(93)	(77)	(16)	21%	(342)	(288)	(54)	19%
EBITDA = (A+B+C+D+E+F)	295	273	22	8%	1.287	822	465	57%

5.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ milhões)	4T21	4T20	Variação		2021	2020	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	6	4	2	50%	15	18	(3)	(17%)
Encargos, variações monetárias e cambiais e instrumentos financeiros derivativos de dívida	(167)	(67)	(100)	149%	(432)	(229)	(203)	89%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(15)	(33)	18	(55%)	(22)	(40)	18	(45%)
Juros, comissões e acréscimo moratório	26	32	(6)	(19%)	117	112	5	4%
Variações monetárias e cambiais - outros	(1)	(3)	2	(67%)	(8)	(10)	2	(20%)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(19)	(21)	2	(10%)	(56)	(46)	(10)	22%
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	2	(3)	5	(167%)	1	(7)	8	(114%)
Obrigações pós emprego	(2)	(3)	1	(33%)	(8)	(11)	3	(27%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(21)	(35)	14	(40%)	(68)	(78)	10	(13%)
Total	(176)	(96)	(80)	83%	(439)	(251)	(188)	75%

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 176 milhões no 4T21 (vs. -R\$ 96 milhões no 4T20) e de -R\$ 439 milhões em 2021 (vs. -R\$ 251 milhões em 2020), variações explicadas, principalmente, pela maior despesa com encargos de dívida, devido ao aumento do IPCA (30% do endividamento está atrelado ao índice), e do CDI (representa 70% do endividamento da Companhia).

Segue quadro demonstrativo dos índices de 2021 e 2020:

Índices	2021	2020	Δ (p.p.)
CDI	4,42%	2,76%	1,66 p.p.
TJLP	4,80%	4,87%	(0,07 p.p.)
USD*	0,3838	1,1660	(0,78)
IPCA*	10,25%	4,24%	6,01 p.p.

Nota 1: variação cambial entre 30/12/2020 a 30/12/2021.

Nota 2: considera a inflação contabilizada 12 meses (M-1).

6. INVESTIMENTOS

A Neoenergia Pernambuco realizou Capex de R\$ 693 milhões em 2021, principalmente alocados em projetos de expansão de rede.

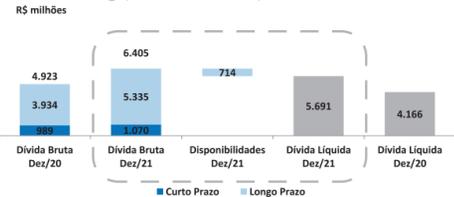
INVESTIMENTOS REALIZADOS	4T21	2021	
Natureza Investimento			
Expansão de Rede			47%
Novas Ligações	(92)	(336)	
Novas SE's e RD's	(68)	(262)	
Renovação de Ativos	(24)	(74)	
Melhoria da Rede	(24)	(83)	12%
Perdas e Inadimplência	(10)	(57)	8%
Outros	(28)	(129)	19%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(50)	(101)	15%
(-) Investimento Bruto	(209)	(775)	
SUBVENÇÕES	2	11	
(-) Investimento Líquido	(206)	(764)	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	5	70	
CapEx	(201)	(693)	
BAR	(50)	(101)	14%
BRR	(154)	(603)	86%

Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

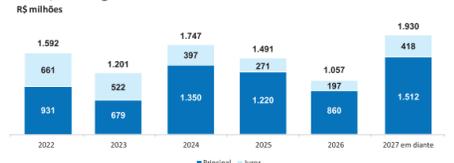
7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2021, a dívida líquida, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 5.691 milhões (dívida bruta de R\$ 6.405 milhões), apresentando um crescimento de 37% (R\$ 1.525 milhões) em relação a dezembro de 2020. Em relação à segregação do saldo devedor, a Companhia possui 83,3% da dívida contabilizada no longo prazo e 16,7% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2021.



8. RATING

Em 30 de março de 2021, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em "BB-" na Escala Global e "brAAA" na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

9. OUTROS TEMAS

9.1. Clientes Baixa Renda

A Resolução ANEEL nº 414/2010 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizados por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212 e pelo Decreto nº 7.583.

Número de Consumidores Residenciais (Em milhares)	2021	2020	2021 x 2020	
			Dif.	%
Convencional	2.414	2.422	(8)	(0,3%)
Baixa Renda	1.070	992	78	7,9%
Total	3.484	3.414	70	2,1%

9.2. Práticas de Gestão

9.2.1. Remuneração de Acionistas

A Neoenergia Pernambuco possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. Em 2021, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

- (i) Dividendos propostos no valor de R\$ 109.463 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 08 de abril de 2021 e pagos em 27 de dezembro de 2021;
- (ii) Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$ 36.049 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de junho de 2021 e pagos em 26 de agosto de 2021;
- (iii) Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$ 39.494 mil, com previsão de pagamento para até 31 de dezembro de 2022, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de dezembro de 2021.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2021 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2022.

9.2.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplica a todas as empresas do Grupo, este modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada. O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Pernambuco reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do Estatuto Social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos-chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizados. Conselho de Administração

Integrado atualmente por sete representantes titulares, sendo um membro independente, todos com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição/dstituição dos diretores. Os membros se reúnem bimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou por 2 (dois) de seus membros.

Conselho Fiscal
Com função independente, é composto atualmente por cinco membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se sempre que convocado.

Diretoria
Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles; (ii) certificação das informações por parte dos principais Executivos.

A certificação ocorre para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras e não financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executadas da forma adequada.

9.2.3. Gestão de Pessoas

Acreditamos que as pessoas são elementos primordiais na realização dos negócios e ter colaboradores engajados e comprometidos com nossos resultados tem sido nosso foco permanente. E, após 2 anos de convivência impactada pela pandemia, fizemos dessa crença a base de manter o elo com cada colaborador, para que ele permaneça conectado com nosso ambiente, além de poder continuar evoluindo em seu processo de crescimento e desenvolvimento. Ao longo de 2021 o Grupo Neoenergia investiu mais de R\$ 13 milhões em formação, na sua maioria ações online, uma vez que ainda foi um ano onde o distanciamento como prevenção à Covid se fez necessário. Esse investimento viabilizou a realização de 1.127.253 horas de formação, ultrapassando em 41% o que realizamos no ano anterior.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, formando 1.737 eletricistas, dos quais 1.175 foram contratados e fazem parte do nosso quadro de colaboradores – efetivamente, esse ano, inserimos 177 mulheres na posição de eletricista, confirmando nossa crença na igualdade de gênero. Ainda em 2021 com a integração da Neoenergia Brasília, além das Escolas da Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Interior de SP, implementamos escola de eletricistas no Distrito Federal.

Cibersegurança, Diversidade e Voluntariado, foram temas que também fizeram parte de nossa agenda. Para Cibersegurança, dedicamos 01 semana de atividades voltadas para discussão dos riscos e prevenção a ataques cibernéticos, compartilhando com nossos colaboradores o cuidado com a informação. Da mesma forma, trouxemos o tema de Diversidade para discussão, e em junho realizamos a Semana da Diversidade, para reforçar conceitos como Inclusão e Igualdade que queremos reforçar em nossa cultura, e reafirmamos o posicionamento da Neoenergia em prol da inclusão de gênero, raça, pessoas com deficiência. Hoje o grupo já tem compromissos concretos relativos à inclusão em nossa operação e em posições de liderança. Para o tema Voluntariado, esse ano demos continuidade ao trabalho que contendo com mais de 1.500 voluntários, incluindo executivos que, com nossos colaboradores, atuaram diretamente em ações que beneficiaram mais de 40.000 pessoas, além do lançamento da escola de formação, do Instituto AMAR em Natal, RN, em parceria com o Projeto INVOLVE, projeto Global voltado para o fortalecer a cultura de voluntariado em todo o Grupo.

Gradativamente, em setembro iniciamos o retorno ao trabalho de forma híbrida, e em dezembro já estávamos com 100% dos colaboradores em trabalho presencial, sempre enfatizando nosso cuidado à saúde e bem estar de todos, e praticando todos os protocolos necessários à prevenção contra a Covid. Para 2022, adotaremos a opção de trabalho híbrido como opção para os colaboradores que exercem atividades compatíveis com esse modelo. Nossa experiência durante a pandemia nos mostrou que com essa possibilidade é possível agregar qualidade de vida aos times, sem perda de produtividade, além de alinhar a Neoenergia à realidade do mercado de trabalho.

O ano de 2021 foi de grandes desafios e realizações, mas contamos com times engajados e comprometidos com a qualidade do serviço prestado às comunidades onde atuamos. Com essa mesma força e determinação seguiremos em 2022.

10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

10.1. Sustentabilidade e Mudanças Climáticas

O Grupo Neoenergia, norteado pelo seu propósito, valores e sistema de governança, integra em sua estratégia os aspectos ASG além dos ODS e os Princípios

do Pacto Global da ONU. Nessa direção, no âmbito da sustentabilidade, cumpre o seu compromisso com um modelo de energia elétrica sustentável e acessível, capaz de gerar valor econômico, social e ambiental junto aos seus stakeholders.

Como parte dessa evolução contínua, assumimos o compromisso com as seguintes metas: (i) Situar a intensidade das emissões abaixo dos 50 gramas de CO2 por kWh gerado no ano de 2030, visando a alcançar a neutralidade em carbono no ano 2050; (ii) Alcançar perda líquida Nula de Biodiversidade em novos empreendimentos até 2030; (iii) alcançar 35% de mulheres em postos de liderança na Companhia até 2030; e (iv) 70% dos grandes fornecedores classificados como sustentáveis até 2022 e 100% em 2030.

Desde 2007, a Companhia renova o compromisso com os dez princípios do Pacto Global, iniciativa que preconiza uma atuação baseada no respeito a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção, e, desde 2015, aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ambos da ONU. Os Objetivos 7 (energia limpa e acessível) e 13 (ação global contra as mudanças climáticas), são os prioritários para a Neoenergia. A Neoenergia mantém compromisso, ainda, com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável dos negócios: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17). Em setembro de 2021, Solange Ribeiro, Diretora-Presidente Adjunta da Neoenergia, foi nomeada vice-presidente do Conselho do Pacto Global da ONU, maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo.

A partir de janeiro de 2022 a Neoenergia integra a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 pelo 2º ano consecutivo, índice que reúne companhias que possuem as melhores práticas de governança e sustentabilidade corporativa. A Neoenergia também conquistou o score A- no caderno de mudanças climáticas do CDP em sua primeira participação nesta iniciativa, considerada a principal do setor financeiro em relação à mitigação das mudanças climáticas. Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a Neoenergia publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade, certificado por 3ª parte, e elaborado na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), acessível no site Neoenergia (https://ri.neoenergia.com/sustentabilidade/relatorios/).

10.2. Inovação

O Grupo Neoenergia acredita que a transição para uma economia neutra em carbono até 2050 é tecnologicamente possível, economicamente viável e socialmente necessária. Este compromisso será cumprido através da promoção da Descarbonização da Energia, Integração dos Sistemas de Redes e Eletrificação da Demanda.

A Neoenergia entende a importância de investir em inovação tecnológica e processual para avançar no mercado. Para isso, desenvolve continuamente ações para melhorar a experiência dos milhões de clientes através da digitalização, otimização de processos, modernização da infraestrutura de rede e promoção da sustentabilidade por meio da descarbonização e eletrificação.

Possui forte atuação no programa de P&D Anel, e conta com programa de inovação aberta, sempre com participação ativa e garantia da autonomia das áreas de negócio. Como forma de organizar e gerenciar as diversas ações da Companhia, foi criada em 2021 a plataforma Go In, intuitiva e de fácil entendimento, que guia o colaborador da Neoenergia desde a concepção até a implantação da solução, com o monitoramento de resultados e indicadores.

Dentro do Programa de P&D da Anel, diversos projetos evoluíram e foram entregues ao longo do ano. Dentre os projetos voltados para a melhoria da experiência dos clientes, temos o "Conexão Digital", cujo objetivo é tornar o cotidiano dos clientes mais fácil, sempre com foco na melhoria de sua jornada e experiência. Outras entregas do Conexão Digital foram o serviço de Consulta e Negociação de Dívidas e o atendimento via WhatsApp, no qual assistente virtual ainda oferece o autosserviço de Religição, sem a necessidade de atendimento humano.

Com o objetivo de melhoria dos processos, destaca-se o projeto de um Sensor Inteligente capaz de detectar defeitos na rede e auxiliar no monitoramento das perdas de energia. Tecnologia patenteada pela Neoenergia e licenciada para exploração comercial pela Tecsys do Brasil, os sensores são equipamentos de automação de rede e possuem dupla funcionalidade: são capazes de identificar defeitos na rede e reportá-los em tempo real para o Centro de Operações, além de registrarem medições que são utilizadas para o cálculo de perdas por trechos de alimentador.

Por fim, em open innovation, a Neoenergia foi reconhecida como uma das empresas líderes em engajamento com startups, através do ranking Top 100 Open Corps, premiação criada pela 100 Open Startups. Foram diversos projetos com startups, para desafios como gestão de ativos, perdas, segurança, gestão de dados de parques eólicos, administração de equipes de campo e incidências em linhas de transmissão.

10.3. Educação e Cultura

No âmbito da educação, tem destaque o projeto Balcão de Ideias e Práticas Educativas que, sob gestão do Instituto Neoenergia, capacitou 346 profissionais de educação, entre professores e gestores escolares, das redes municipais de ensino de 8 municípios da Paraíba, Rio Grande do Norte, São Paulo e Bahia. Em 2021, o projeto integrou uma nova frente – a de assessoria – que apoiou o corpo gestor de 7 redes municipais, visando minimizar os impactos causados pela Covid-19, considerando o crescimento das desigualdades e defasagens de aprendizagem dos alunos. Em parceria com o Senai Bahia, foram oferecidas 1.100 vagas para um curso online, gratuito e auto instrucional sobre noções básicas de eletricidade e segurança na construção civil. A iniciativa foi destinada aos profissionais autônomos das regiões das distribuidoras do Grupo que atuam na área.

Na esfera cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como (i) o Transformando Energia em Cultura, no Rio Grande do Norte e Bahia, apoiando 25 projetos dirigidos, especialmente, para crianças e jovens em vulnerabilidade, assim como em ações voltadas para a salvaguarda e valorização de patrimônios culturais e a geração de trabalho e renda; (ii) a 1ª edição do Prêmio Inspirar, edital dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas que atuam com projetos de Arte e Cultura, da cidade do Rio de Janeiro, região da Baixada Fluminense e estado de Pernambuco, e (iii) a Caravana Energia que Transforma, apoiando a capacitação de 348 gestores em 8 cursos e 27 organizações socioculturais nas imersões, dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Além disso, o Instituto passou a integrar, como membro fundador, o maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil: o Resgatando a História, iniciativa idealizada pelo BNDES, que conta com a parceria de grandes empresas brasileiras.

10.4. Instituto Neoenergia

Em um ano de conquistas e desafios únicos, o Instituto Neoenergia manteve seus projetos, garantindo resultados expressivos e alcançando o propósito buscado, em melhorar a vida das pessoas e do planeta. Em conjunto com seus parceiros, as iniciativas reforçaram o compartilhamento de saberes, a preservação de espécies e ecossistemas marinhos, a promoção da diversidade cultural brasileira e o impulsionamento do desenvolvimento humano. Em sinergia com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), os impactos positivos são visíveis a milhares de vidas beneficiadas.

Dentre os quatro pilares principais de trabalho, destacam-se algumas ações que promoveram a diferença durante o ano de 2021, em 11 estados brasileiros e mais de 140 municípios. Em Formação e Pesquisa, 346 professores e gestores escolares foram envolvidos em formações, cocriando práticas educativas, disponibilizadas em uma plataforma online, e sete redes municipais de educação receberam assessoramento para revisão de seus planos municipais de educação. Em Biodiversidade e Mudanças Climáticas, foram 1400 corais restaurados e 20 espécies de aves migratórias monitoradas. No pilar de Arte e Cultura, por sua vez, 348 gestores foram capacitados em oito cursos e 27 organizações socioculturais foram beneficiadas, incluindo outras ações relevantes em prol de um dos setores mais impactados pela pandemia. Nas iniciativas de Ação Social, foram distribuídas mais de 33 mil refeições, que integraram as quase 68 mil toneladas de alimentos doados pelo Instituto para mitigar os efeitos econômicos da pandemia na população mais vulnerável, além do desenvolvimento de programas e projetos voltados à capacitação do terceiro setor e seus atores.

A atuação do Instituto Neoenergia em 2021 reforça seu propósito e compromisso com os ODS, que marcam em cada iniciativa sua presença nesse cenário de responsabilidade social e transformação. Ao longo do ano, o Instituto manteve seu pioneirismo e atenção às necessidades do mundo e, para 2022, a missão continua.

10.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Neoenergia Pernambuco tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica. Em 2021 contou com investimento de cerca de R\$ 19,1 milhões. Entre as ações que merecem destaque estão:

- Execução de projetos com ação em comunidades com troca de quase 150 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais baixa renda e mais de 49 mil lâmpadas em 221 instituições, além de 1 sistema solar fotovoltaico de 60 kW em uma dessas instituições e troca 408 refrigeradores antigos por 204 câmaras de vacina para melhor atendimento ao processo de vacinação contra a Covid-19 em 185 municípios;
- Projeto Vale Luz, que troca resíduos sólidos por desconto na conta de energia, sendo recicladas 290,84 toneladas de resíduos com desconto de R\$ 115 mil na conta de energia elétrica de 656 consumidores, que ainda trocaram mais de 19 mil lâmpadas dos clientes por LED;
- Projetos Educativos em escolas públicas, capacitando 1.890 professores e 56,7 mil alunos da área de concessão da Neoenergia Pernambuco sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica;
- Projetos de Eficientização de prédios públicos e comerciais assistências na área de concessão da distribuidora, sendo beneficiadas 184 unidades em Pernambuco, com mais de 60 mil lâmpadas substituídas, além de 5 sistemas solares fotovoltaicos, totalizando 567,30 kWp instalado;
- Projeto Neoenergia Solar que concedeu desconto de 50% para instalação de energia solar em 272 residências em Pernambuco, totalizando 1,1 MWp instalado e troca de 619 lâmpadas por LED;
- Projetos de Eficientização de Iluminação Pública no município de Paulista, com a substituição de mais de 2 mil pontos de IP por tecnologia LED.

10.6. Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2021, foram destinados R\$ 21 milhões para projetos de P&D. Abaixo são elencados os principais projetos do Grupo: **Tecnologias Inteligentes:** destacam-se os projetos (i) "Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Inteligentes" que desenvolve produtos, serviços e metodologias aplicáveis à melhoria do sistema de comunicação de equipamentos inteligentes, identificação do nível de qualidade de energia, combate a perdas, entre outros; (ii) projeto "Conexão Digital", que oferece canais digitais mais inteligentes para transformar a experiência do cliente; e (iii) projeto "Antenas Inteligentes", que visa desenvolver um sistema eletrônico confiável para a comunicação entre o Centro de Operações e as chaves de distribuição.

Sustentabilidade do Negócio: destaca-se (i) o projeto "Microrredes" que viabiliza o desenvolvimento de redes autônomas de pequena escala no país como alternativa para universalização do atendimento em área de concessão da Neoenergia Coelba associada ao Programa Luz para Todos e as obrigações regulatórias (REN 493/2012); (ii) três projetos associados a Chamada Estratégia de Mobilidade Elétrica da ANEEL que visam desenvolver (a) caminhão elétrico para frota de manutenção das distribuidoras com tecnologia de injeção de energia na rede, (b) infraestrutura de recarga e modelos de negócio associados a veículos elétricos na ilha de Fernando de Noronha e (c) a criação de um corredor verde no trecho entre Salvador-BA e Natal-RN.

Segurança de Instalações e Pessoas: destacam-se os projetos (i) "Poda com Braço Robótico" que possibilita a execução da poda de árvores próximas às redes energizadas robotizada e com operação remota; e (ii) "Segurança de Barragens", que consiste no desenvolvimento de um sistema inovador georreferenciado para gerenciamento inteligente do Plano de Segurança de Barragens.

Recuperação de Energia: destacam-se os projetos (i) "Sensor Inteligente para 69 kV" cujo equipamento de sensoriamento das redes que permite, além de reduzir a duração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2021	2020
Receita operacional, líquida	3	8.498	6.862
Custos dos serviços		(7.006)	(5.780)
Custos com energia elétrica	4	(5.547)	(4.364)
Custos de construção	5	(719)	(732)
Custos de operação	6	(740)	(684)
Lucro bruto		1.492	1.082
Perdas de créditos esperadas	10.2	(167)	(171)
Despesas com vendas	6	(72)	(70)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(308)	(307)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		945	534
Resultado financeiro	7	(439)	(251)
Receitas financeiras		133	129
Despesas financeiras		(534)	(398)
Outros resultados financeiros, líquidos		(38)	18
Lucro antes dos tributos		506	283
Tributos sobre o lucro	8.1.1	(130)	(66)
Corrente		(14)	(17)
Diferido		(116)	(49)
Lucro líquido do exercício		376	217
Lucro básico e diluído por ação - RS	19.2 (a)		
Ordinária		5,04	2,91
Preferencial A		5,04	2,91
Preferencial B		5,54	3,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	376	217
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios a empregados	6	1
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(2)	(1)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	4	-
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(122)	8
Transferências de impactos realizados para o lucro líquido	61	1
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	20	(2)
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(41)	7
Total outros resultados abrangentes do exercício líquido dos tributos	(37)	7
Resultado abrangente do exercício	339	224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
			Outros resultados abrangentes	Reserva legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	663	485	38	68	300	75	1.629
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	217	217
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(75)	(75)
Outros resultados abrangentes	-	-	7	-	-	-	7
Transações com acionistas:							
Reservas de lucros (nota 19.5)	-	-	-	-	32	(32)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(76)	(76)	(76)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(109)	(109)	(109)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	663	485	45	68	332	109	1.702
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	376	376
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(109)	(109)
Outros resultados abrangentes	-	-	(37)	-	-	-	(37)
Transações com acionistas:							
Reservas de lucros (nota 19.5)	-	-	-	-	21	(21)	-
Juros sobre capital próprio (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	(76)	(76)	(76)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(24)	(24)	(24)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(255)	(255)	(255)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	663	485	8	68	353	255	1.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

	2021	2020
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	12.091	9.655
Perdas de créditos esperadas	(167)	(171)
Insunso adquiridos de terceiros	11.924	9.484
Energia elétrica comprada para revenda	(4.779)	(4.094)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(1.279)	(640)
Materiais-primas consumidas	(10)	(9)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(1.122)	(1.189)
Valor adicionado bruto	(7.190)	(5.932)
Depreciação e amortização	4.734	3.552
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(350)	(295)
Valor adicionado recebido em transferência	4.384	3.257
Receitas financeiras	791	1.469
Valor adicionado total a distribuir	5.175	4.726
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações de empregados e administradores (incluindo férias e 13º salário)	212	173
Encargos sociais (exceto INSS)	29	23
Benefícios	152	115
(-) Transferências para ordens	(96)	(58)
Outros	8	8
Impostos, taxas e contribuições	305	261
INSS (sobre folha de pagamento)	206	38
ICMS	4.669	1.680
PIS/COFINS sobre faturamento	514	418
Tributos sobre o lucro	130	66
Obrigações intrasetoriais	504	326
Outros	7	6
Remuneração de capitais de terceiros	3.270	2.534
Juros, variações cambiais e aluguéis	1.224	1.714
Remuneração de capitais próprios	1.224	1.714
Dividendos e Juros sobre capital próprio	100	76
Dividendos adicionais propostos	255	109
Reserva de incentivo fiscal	21	32
Valor adicionado distribuído	376	217
Valor adicionado distribuído	5.175	4.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Pernambuco - NEOENERGIA PERNAMBUCO ("Companhia"), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Recife - Pernambuco - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela Neoenergia S.A. ("NEOENERGIA"). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedras de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 26 com vencimento em 2030. A Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado de Pernambuco, desde 2002. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a manter uma usina de geração de energia térmica a diesel no Distrito Estadual de Fernando de Noronha até 2030. 1.1 **Coronavírus ("COVID-19")**: a) Contexto geral: Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia e desde então vem reforçando a necessidade da adoção de medidas restritivas como um dos pilares de combate à pandemia, principalmente no que diz respeito ao distanciamento social. No Brasil, assim como em outros países do mundo, a pandemia provocou o fechamento de empresas em todos os segmentos, afetou os processos de produção, interrompeu as cadeias de suprimentos e também grande redução do consumo, resultando em um impacto econômico significativo. Desde então, a Companhia vem adotando todas as diretrizes de políticas governamentais em resposta à pandemia que vise fornecer alívio financeiro aos contribuintes. A Companhia entende que tais diretrizes devam respeitar, em qualquer circunstância, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro das Concessões, em conformidade com o arcabouço legal, as cláusulas contidas nos respectivos Contratos Firmados com o Poder Concedente e com as diretrizes divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. b) **Impacto nas demonstrações financeiras:** Os impactos do COVID-19 estão baseados nas análises estimativas da Administração, considerando a perspectiva de retorno gradual das atividades econômicas. Com o objetivo de mitigar os impactos e consequências nas principais atividades, a Companhia vem monitorando constantemente seus contratos, bem como mantém uma comunicação com o Órgão Regulador do setor elétrico brasileiro para a implementação de diretrizes que garantam a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira. O desempenho da Companhia foi afetado nas seguintes rubricas: (i) Faturamento de energia em função da redução da demanda de energia elétrica nos mercados livre e regulado; e (ii) Incremento das Perdas de Créditos Esperadas (PCE) decorrente do aumento do Contas a Receber vigente, tendo em vista a proibição das ações de corte de energia no período compreendido entre 25 de março e 31 de julho de 2020 para classe residencial e serviços essenciais. Essa proibição esteve vigente até 30 de setembro de 2021 para a subclasse baixa renda e unidades consumidoras com equipamentos de *home care*. As receitas de distribuição de energia estão atreladas principalmente ao fornecimento de energia elétrica e à disponibilização das redes de distribuição. O efeito COVID-19 gerou um impacto negativo no resultado da Companhia, quando comparado a expectativa anterior a pandemia, como segue:

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	376	217
Lucro líquido do exercício		
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	350	295
Baixa de ativos não circulantes	31	33
Tributos sobre o lucro	130	66
Resultado financeiro, líquido	439	251
Valor de reposição estimado da concessão	(406)	(104)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(475)	(21)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	174	163
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(18)	(24)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	(589)	217
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(71)	(33)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(9)	(13)
Outros ativos e passivos, líquidos	(17)	(26)
Caixa líquido proveniente das operações	(85)	1.021
Encargos de dívidas pagas (nota 15.2 (c))	(273)	(181)
Instrumentos derivativos recebidos/(Pagos), líquidos	(4)	7
Rendimento de aplicação financeira	15	18
Juros pagos - Arrendamentos	(2)	(1)
Tributos sobre o lucro pagos	(27)	(31)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(376)	833
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(750)	(730)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(20)	(14)
Resgate de títulos e valores mobiliários	10	11
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(760)	(733)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	2.324	1.336
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(14)	(2)
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(1.307)	(1.214)
Depósitos em garantias	8	9
Obrigações especiais	22	18
Pagamento de principal - Arrendamentos	(5)	(2)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	259	335
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas (nota 19.2 (b))	(206)	(113)
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	1.081	367
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(55)	467
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	728	261
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	673	728
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	5	7
Arrendamentos capitalizados	9	2
Adições de obrigações especiais - incorporadas por meio de doações de bens	5	5
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (investimento)	-	18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhões de reais)

	Notas	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	673	728
Contas a receber de clientes e outros	10	1.944	1.352
Títulos e valores mobiliários		14	3
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	183	255
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	148	82
Outros tributos a recuperar	8.3.1	672	367
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	419	-
Outros ativos circulantes		132	92
Total do circulante		4.185	2.879
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	112	112
Títulos e valores mobiliários		27	26
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	147	297
Outros tributos a recuperar	8.3.1	1.692	1.962
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	18	116
Depósitos judiciais	16	148	145
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	3.493	2.680
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	717	731
Outros ativos não circulantes		2	2
Direito de uso		15	12
Intangível	13	2.430	2.461
Total do não circulante		8.801	8.544
Total do ativo		12.986	11.423
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	1.015	830
Empréstimos e financiamentos	15.2	1.229	1.244
Passivo de arrendamento		4	3
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	24	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	135	126
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	-	54
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.3.2	260	196
Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.4	524	3
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.2 (b)	60	67
Provisões	16	51	57
Outros passivos circulantes	17	340	188
Total do circulante		3.642	2.768
Não circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	57	53
Empréstimos e financiamentos	15.2	5.477	4.220
Passivo de arrendamento		12	9
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	5	11
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.3.2	45	79
Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.4	1.648	2.153
Imposto corrente passivo longo prazo	8.1.3	2	2
Provisões	16	156	100
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	47	72
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	48	165
Outros passivos não circulantes	17	15	89
Total do não circulante		7.512	6.953
Patrimônio líquido		1.832	1.702
Total do passivo e do patrimônio líquido		12.986	11.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	376	217
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios a empregados	6	1
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(2)	(1)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	4	-
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(122)	8
Transferências de impactos realizados para o lucro líquido	61	1
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	20	(2)
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(41)	7
Total outros resultados abrangentes do exercício líquido dos tributos	(37)	7
Resultado abrangente do exercício	339	224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

foi integralmente aplicada a partir de 29 de abril de 2021. A variação da Parcela A foi de 18,99%, totalizando R\$ 710, impactada principalmente pelo aumento de 44,84% nos custos de transmissão e 9,67% nos custos com compra de energia, sendo a participação no IRT de 12,74%. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 235,46/MWh, já a variação da Parcela B foi de 9,3%, totalizando R\$ 562, reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 31,10%, defluzida do Fator X, de 0,43 sendo a participação no IRT de 10,08. A participação dos componentes financeiros e efeito da retirada dos financiamentos anteriores foram de 0,20% e -14,04%, respectivamente, totalizando um efeito médio para o consumidor de 8,99%. **Bandeira Tarifária - Escassez Hídrica:** Em agosto de 2021, através da Resolução, nº 3, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), determinou, que a ANEEL implementasse patamar específico de Bandeira Tarifária, denominado Bandeira Escassez Hídrica, no valor de R\$ 142,00/MWh. Até dezembro de 2021 a Companhia faturou R\$ 393 a título de Bandeira de Escassez Hídrica. Esse patamar foi criado para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia, previstos no anexo da referida resolução. A cobrança valerá para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional - SIN de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção da subclasse residencial baixa renda beneficiária da tarifa social de energia elétrica, que continuará pagando com os mesmos descontos que já têm nas tarifas, de 10% a 65%, dependendo da faixa de consumo, a bandeira acionada mensalmente pela ANEEL, amarela ou vermelhas 1 e 2, conforme demonstrado na tabela abaixo.

	2021		2020	
	Consumidores SIN (Exceto Baixa Renda)	Baixa Renda	Consumidores	
Jan	Amarela	Amarela	Amarela	
Fev	Amarela	Amarela	Verde	
Mar	Amarela	Amarela	Verde	
Abr	Amarela	Amarela	Verde	
Mai	Vermelha Patamar I	Vermelha Patamar I	Verde	
Jun	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II	Verde	
Jul	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II	Verde	
Ago	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II	Verde	
Set	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar II	Verde	
Out	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar II	Verde	
Nov	Escassez Hídrica	Amarela	Verde	
Dez	Escassez Hídrica	Verde	Vermelha Patamar II	

No ano de 2021, os valores dos adicionais das bandeiras tarifárias foram definidos conforme detalhamento da tabela a seguir:

	Até junho/2021	De julho a agosto/2021	A partir de setembro/2021
	REH nº 2.628/2019	REH nº 2.888/2021	Resolução nº 3
	RS/MWh	RS/MWh	MME RS/MWh
Verde	-	-	Não altera
Amarela	13,43	18,74	Não altera
Vermelha Patamar I	41,69	39,71	Não altera
Vermelha Patamar II	62,43	94,92	Não altera
Escassez Hídrica	-	-	142

Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica: Em 31 de agosto de 2021, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), emitiu a Resolução nº 2, que institui o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional. O objetivo é atender ao Sistema Interligado Nacional - SIN, em meio à crise hídrica que afeta os reservatórios das usinas hidrelétricas. O programa, de caráter "excepcional e temporário", terá duração até 30 de abril de 2022 e prevê o pagamento de bônus de R\$ 50 (cinquenta reais) para cada 100 kWh economizados, para os consumidores que apresentem redução do consumo entre 10% a 20%, no período de 01 de setembro a 31 de dezembro de 2021, comparado com o mesmo período de 2020. Esse bônus vai ser concedido diretamente nas faturas de energia elétrica de cada consumidor, a partir do mês de janeiro, e em contrapartida a Companhia reconhecerá uma receita de subvenção governamental, em montante equivalente. Até 31 de dezembro de 2021, o montante estimado de bônus a conceder aos consumidores é de R\$ 71 (nota 17), sendo neutralizado no resultado com o valor a receber em subvenções. **3.1 Fornecimento de energia elétrica:**

	GWh		RS	
	2021	2020	2021	2020
Residencial	5.454	5.413	4.527	3.769
Comercial	2.119	2.062	1.934	1.584
Industrial	500	502	496	423
Rural	678	618	415	306
Poder público	572	521	457	351
Iluminação pública	593	553	352	247
Serviços públicos	681	623	370	269
Consumo próprio	16	15	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	30	105
Transfêrencia - Disponibilidade da rede elétrica	-	-	(4.608)	(3.833)
Subvenções e Subsídios governamentais (1)	-	-	612	580
Total	10.613	10.307	4.585	3.801

(1) A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2021, foi registrada receita de R\$ 612 (RS 580 em 2020), sendo: (i) RS 305 (RS 381 em 2020) referentes à subvenção baixa renda, (ii) RS 192 (RS 181 em 2020) referentes à subvenção CDE, (iii) RS 71 (RS 0 em 2020) referente à subvenção bônus crise hídrica e (iv) RS 44 (RS 18 em 2020) de subvenção CCRBT. **3.2 Disponibilidade da rede elétrica:** A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD") refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	2021	2020
Consumidor livre	453	311
Consumidor cativo (1)	4.608	3.833
Total	5.061	4.144

(1) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 27 de abril de 2021, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.861/2021 (nota 3).

	2021	2020
3.3 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais: CVA e neutralidade		
Energia (I)	468	(38)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (II)	305	56
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	26	(30)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (III)	56	93
Neutralidade de encargos setoriais PROINFA	(13)	28
	(5)	-
Total	842	104

	2021	2020
Componentes financeiros e subsídios		
Repasse de sobrecontratação (iv)	(8)	243
Risco hidrológico	(10)	(41)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	(17)	(42)
Diferimento de reajuste	4	42
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	(7)	-
Passivo conta COVID (v)	(81)	(57)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (vi)	127	-
Crédito consumidor reversão para modalidade Recomposição Energia Termope	18	-
Outros	1	-
Total	35	145
	877	249

(i) Energia: CVA ativa, decorrente das diferenças a maior entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, devido à elevação dos custos com o acionamento das usinas termelétricas, e os eventos financeiros de contabilização da CCEE, no curto prazo em 2021, ainda que minimizada pela reversão dos valores das bandeiras tarifárias e de escassez hídrica, conforme determinado pela ANEEL, resultou em uma CVA mais ativa neste ano; (ii) Encargos do Serviço do Sistema - ESS: CVA ativa, decorrente das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento do Encargo de Segurança Energética e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS_CAR), devido ao maior acionamento das usinas termelétricas em 2021, ainda que minimizada pela reversão dos valores das bandeiras tarifárias e de escassez hídrica, conforme determinado pela ANEEL, resultou em uma CVA mais ativa neste ano; (iii) Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão TUST - Rede Básica: CVA ativa, em função da REH nº 2.726/2020, com vigência de 1º de julho de 2020 até 30 de junho de 2021, realizar acima da cobertura tarifária ANEEL, e reduzida pela REH nº 2.896/2021, com vigência a partir de 1º de julho de 2021, que estabeleceram os reajustes das tarifas de uso do sistema de transmissão; (iv) Repasse de sobrecontratação: A Companhia aprovou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a menor entre os períodos, decorrente da diminuição da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário. O resultado das sobras de 8,61% acima do requisito registrado no exercício, superou o limite regulatório estabelecido pela ANEEL, com efeitos financeiros de R\$ -6 da sobrecontratação acima dos 5%. Além disso, o Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE permite que as distribuidoras possam vender seu excedente de energia a consumidores livres, a agentes concessionários, permissionários e autorizados de geração, a comercializadores e a agentes de autoprodução, ou seja, trata-se de um mecanismo de mitigação da sobrecontratação buscando instrumentalizar as distribuidoras em sua tarefa de adequação dos níveis contratuais. Assim, foi reconhecido o valor de R\$ 2 relativos aos resultados do MVE; (v) Passivo conta COVID: Constituição passiva do componente financeiro, correspondente à amortização do saldo do ativo financeiro setorial previsto no inciso V do caput do art. 3º, em função do mercado faturado, conforme estabelecido na REN ANEEL nº 885/2020; e (vi) Crédito PIS/COFINS sobre ICMS: Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2021, RS -187 à título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até dezembro de 2021, o valor ativo de R\$ 127 em contrapartida da redução da receita.

	2021	2020
3.4 Outras receitas:		
Renda da prestação de serviços	2	45
Arrendamentos e alugueis	61	5
Serviço taxado	5	3
Administração de faturas de fraudes	4	3
Comissão de serviços de terceiros	22	18
Outras receitas	-	1
Total	94	70

	2021	2020
3.5 Deduções de receita bruta: Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(2.069)	(1.680)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.016)	(784)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(4)	(3)
	(3.089)	(2.467)

	2021	2020
Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(393)	(228)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(37)	(30)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(31)	(31)
Outros encargos (1)	(43)	(31)
	(504)	(326)
Total	(3.593)	(2.793)

(1) Consideramos os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE.

3.6 Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer que estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero. A Companhia poderá vender o excedente de energia contratada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes. A receita de operações de venda de energia na CCEE

e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). As subvenções governamentais são reconhecidas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados a subvenção baixa renda e outros descontos tarifários, bem como os subsídios referentes aos valores recebidos para cobertura de despesas incorridas (aporte CDE), bandeira tarifária e bônus da crise hídrica. As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato. As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível. **b) Estimativas e julgamento crítico:** A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, que não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, a Administração da Companhia estima que as premissas de margem dessas obrigações de desempenho é 0% (zero por cento). A Companhia reavalia estas premissas com suporte de seus consultores internos e externos, no mínimo uma vez por ano, no tocante às expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura. Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		RS	
	2021	2020	2021	2020
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (i)	7.836	8.504	(2.356)	(1.693)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (ii)	-	-	(1.009)	(477)
Energia curto prazo - PLD (1) e MRE (2) (iii)	107	-	357	(407)
Contratos por cotas de garantia física	3.229	3.237	(376)	(358)
Energia adquirida contrato bilateral	3.416	3.426	(1.206)	(980)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	446	439	(103)	(122)
Outros	257	266	(86)	(57)
Subtotal	15.291	15.872	(4.779)	(4.094)
Créditos de PIS e COFINS	-	-	409	318
Total	15.291	15.872	(4.370)	(3.776)

	2021	2020
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(588)	(500)
Encargos de conexão	(43)	(35)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (iv)	(682)	(93)
Encargo de Energia de Reserva - EER (v)	42	44
Outros encargos	(8)	(8)
Subtotal	(1.729)	(640)
Créditos de PIS e COFINS	102	52
Total	(1.177)	(588)
	(5.547)	(4.364)

(1) PLD - Preço de Liquidação de Diferenças. (2) MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. (i) O acréscimo do custo de energia adquirida no ACR é decorrente do aumento dos custos de cotas compulsórias, do reajuste das tarifas dos geradores, do início de novos contratos e principalmente da parcela variável impactada diretamente pelo PLD, em virtude do maior acionamento da geração de usinas térmicas em decorrência da crise hídrica; (ii) Menor disponibilidade de águas nos grandes reservatórios hidroelétricos aumentou o custo com o Risco Hidrológico e o consequente despacho das térmicas aumentou o custo com o Condomínio Virtual; (iii) Redução decorrente da equalização do PLD em 2021 gerando menos excedente financeiro, o que não ocorreu em 2020, onde houve um aumento de excedente financeiro devido a diferença de PLD entre Submercados e, também, pelo menor volume de compra de energia no MCP; (iv) Aumento da geração de usinas térmicas com vistas a garantir a segurança do suprimento energético nacional, em virtude da determinação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) junto à ONS; e (v) Em 2021 foi impactado pelo repasse do Excedente de Energia de Reserva, com o PLD em patamares elevados e as expectativas de geração das usinas contratadas no âmbito da Energia de Reserva, tais fatores influenciam diretamente na entrada de recurso na conta.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2021	2020
Pessoal	(83)	(51)
Material	(378)	(328)
Serviços de terceiros	(277)	(359)
Juros sobre obras em andamento	(5)	(7)
Outros	(4)	(10)
Obrigações especiais	28	23
Total	(719)	(732)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021		2020	
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal (1) (nota 6.1)	(207)	(23)	(117)	(347)
Administradores	-	-	(4)	(4)
Serviços de terceiros	(186)	(48)	(78)	(312)
Depreciação e amortização (nota 6.2)	(292)	-	(50)	(342)
Combustível para produção de energia	(14)	-	-	(14)
Provisão para processos judiciais	-	-	(48)	(48)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(3)	(3)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.3)	(41)	(1)	(8)	(50)
Total	(740)	(72)	(308)	(1.120)

	2021		2020	
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal (1) (nota 6.1)	(168)	(22)	(104)	(294)
Administradores	-	-	(5)	(5)
Serviços de terceiros	(200)	(48)	(89)	(337)
Depreciação e amortização (nota 6.2)	(249)	-	(39)	(288)
Combustível para produção de energia	(11)	-	-	(11)
Provisão para processos judiciais	-	-	(40)	(40)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(3)	(3)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.3)	(56)	-	(27)	(83)
Total	(684)	(70)	(307)	(1.061)

(1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios.

6.1 Custo e despesa de pessoal:

	2021	2020
Remunerações	(168)	(140)
Encargos sociais	(75)	(60)
Auxílio alimentação	(50)	(29)
Convênio assistencial e outros benefícios	(22)	(19)
Provisão para férias e 13º salário	(40)	(29)
Plano de saúde	(39)	(24)
Participação nos resultados	(41)	(43)
(-) Transferências para ordens	96	59
Outros	(8)	(9)
Total	(347)	(294)

6.2 Depreciação e amortização

	2021	2020
Quota de depreciação e amortização	(334)	(295)
Baixa do valor residual	(16)	-
(-) Crédito PIS/COFINS	8	7
Total	(342)	(288)

6.3 Outras (despesas)/receitas operacionais

	2021	2020
Seguros	(3)	(2)
Despesas de viagem	(6)	(5)
Propaganda e publicidade	(7)	(1)
Multa por contratual	66	56
Perdas/alienação/desativação	(42)	(60)
Material	(52)	(44)
Multas regulatórias	-	(22)
Outros	(6)	(5)
Total	(50)	(83)</

de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2021			2020		
	Perda de créditos a receber, Recebível esperada	Contas a receber, líquidos	Perda de créditos a receber, Recebível esperada	Contas a receber, líquidos	Perda de créditos a receber, Recebível esperada	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia (nota 10.1)	2.199	(592)	1.607	1.722	(534)	1.188
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	121	-	121	52	-	52
Disponibilidade da rede elétrica	51	(3)	48	41	(3)	38
Subvenções e subsídios governamentais	183	-	183	82	-	82
Outros recebíveis	118	(21)	97	117	(13)	104
Total	2.672	(616)	2.056	2.014	(550)	1.464
Ativo circulante			1.944			1.352
Ativo não circulante			112			112

10.1 Fornecimento de energia: A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2021		2020	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	810	(352)	664	(316)
Comercial	285	(83)	211	(64)
Industrial	128	(70)	109	(61)
Rural	130	(50)	97	(40)
Poder público	159	(21)	126	(27)
Iluminação pública	182	(7)	125	(14)
Serviço público	102	(3)	65	(8)
Não faturado	403	(6)	325	(4)
Total	2.199	(592)	1.722	(534)

O aging do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2021		2020	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	878	(30)	679	(20)
Saldos vencidos:	1.321	(562)	1.043	(514)
90 dias	441	(48)	295	(37)
Entre 91 e 180 dias	131	(50)	84	(30)
Entre 181 e 360 dias	168	(62)	165	(65)
Acima de 361 dias	581	(402)	499	(382)
Total	2.199	(592)	1.722	(534)

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	(550)	(487)
Efeito reconhecido no resultado do período	(168)	(172)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	102	109
Saldo final do exercício	(616)	(550)

10.3 Política contábil e julgamentos críticos: a) **Política contábil:** O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é iminente, deduzidos das perdas de créditos esperadas. A Companhia reconhece perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para cada linha de negócio operado pela Companhia. A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de provisão que considera o risco de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada. Acima de 12 meses a matriz considera perda integral. Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que ocorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

	2021		2020	
	Obri- Direito	Efeito gacões líquido	Obri- Direito	Efeito gacões líquido
CVA e neutralidade				
Energia	445	-	445	133
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (nota 3.3)	329	-	329	(41)
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST (nota 3.3)	95	-	95	59
Outros	8	(13)	(5)	4
Componentes financeiros e subsídios				
Repasse de sobrecontratação	-	(51)	(51)	(42)
Risco hidrológico	-	(159)	(159)	(146)
Recomposição energia Termope	77	-	77	57
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	-	(182)	(182)	(163)
Passivo conta COVID	-	(11)	(11)	(58)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (1)	129	(291)	(162)	-
Outros	2	(7)	(5)	10
Total	1.085	(714)	371	(482)

	2021	2020
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	212	(200)
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	873	(514)
Total	1.085	(714)

(1) O repasse nas tarifas dos créditos do PIS/COFINS sobre ICMS ainda será matéria de regulamentação pela ANEEL no âmbito da Consulta Pública nº 05/2021, contudo a ANEEL autorizou o uso antecipado dos valores em situações excepcionais, nos quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo. Nesse sentido, foi reconhecido no processo de Revisão Tarifária 2021, a antecipação da reversão dos valores oriundos desses créditos como componente financeiro negativo, cujo diferimento para os próximos 12 meses, de abril/21 a março/22, está lastreado a expectativa de compensações futuras desses créditos junto a Receita Federal. A Companhia já compenrou R\$ 286, equivalente ao montante transferido para diferimento em tarifa (nota 8.4). A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direito	Obrigações	Efeito líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	506	(501)	5
Constituição	1.415	(1.068)	347
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(1.243)	1.145	(98)
Atualização monetária	17	(24)	(7)
Antecipação conta COVID (1)	(433)	(22)	(455)
Transferências	1	(12)	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	263	(482)	(219)
Constituição (2)	1.083	(292)	791
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(202)	288	86
Atualização monetária	32	(31)	1
Transferências	(91)	(197)	(288)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.085	(714)	371

(1) No exercício de 2020, a Companhia recebeu o montante de R\$ 455 captados pela CCEE e repassados pela conta COVID às distribuidoras de energia elétrica, nas contas correntes vinculadas ao repasse de modicidade tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, referente aos ativos regulatórios declarados no Termo de Aceitação e contabilizados nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020. (2) Em 2021, a Companhia constituiu o saldo no montante de R\$ 791, com destaque para a CVA de Energia, devido ao aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, decorrente da elevação dos custos com o acionamento das usinas termelétricas e do aumento dos eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo, além da CVA de ESS, em função do aumento do Encargo de Segurança Energética (ESS) e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS_CAR), devido ao maior acionamento das usinas termelétricas em 2021. A partir dos processos tarifários de 2021, está ocorrendo a inclusão de um novo componente do Encargo CDE, denominado CDE - CONTA COVID, relacionado ao pagamento do empréstimo da Conta COVID, conforme disposto no Decreto nº 10.350/2020, destinado a receber os recursos de operação financeira para alívio do caixa das distribuidoras em 2020, decorrente da parcela alocada na TE e na TUSD. Para o consumidor, a iniciativa representa a postergação e o parcelamento de impactos tarifários, diluídos em 60 meses por meio da CDE - CONTA COVID. Até o final do exercício de 2021, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 135 para amortização da operação financeira da CDE - CONTA COVID, em cumprimento ao Despacho nº 939/21. 11.1 **Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1). Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial a expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente. As atualizações monetárias dos ativos e passivos financeiros setoriais são efetuadas pela taxa SELIC, conforme PRORET. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão. A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devido à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. 12.1 **Ativo Financeiro:** O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6(i)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	2.680	2.130
Baixas	(4)	(5)
Transferência ativo contratual (1)	406	435
Transferência ativo intangível	5	12
Transferências outros	-	4
Ajustes a valor justo (2)	406	104
Saldo final do exercício	3.493	2.680
Ativo não circulante	3.493	2.680

(1) Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção. (2) Reconhecimento do Laudo 5º ciclo da Revisão Tarifária Periódica - RTP, no montante de R\$113.

12.2 Ativo Contratual: Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante. Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	731	886
Adições (1)	733	737
Baixas	(22)	(12)
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(324)	(453)
Transferências - ativos financeiros (1)	(406)	(435)
Transferências - outros	5	8
Saldo final do exercício	717	731
Custo	747	762
Obrigações especiais	(30)	(31)

(1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível. 12.3 **Política contábil:** Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que: • De acordo com os contratos de concessão: (i) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. (ii) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. • Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo: (i) Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura. (ii) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. (iii) Parcela estimada dos investimentos realizados (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão
Taxa de amortização a.a.	4,11%
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.461
Baixas	(21)
Amortização	(329)
Transferências - ativo financeiro (1)	(5)
Transferências - ativo contratual (2)	324
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.430
Custo	5.694
Amortização acumulada	(3.095)
Obrigações especiais	(169)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.336
Baixas	(16)
Amortização	(12)
Transferências - ativo financeiro (1)	453
Transferências - outros	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.461
Custo	5.443
Amortização acumulada	(2.804)
Obrigações especiais	(178)

(1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo Financeiro indenizável ou como Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração. (2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão. 13.1 **Política contábil:** Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment, quando aplicável). Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2021	2020
Energia elétrica	572	561
Encargos de uso da rede	312	122
Materiais e serviços	131	147
Energia livre	57	33
Total	1.072	883
Circulante	1.015	830
Não circulante	57	53

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contados pelos concessionários de distribuição.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2021	2020
Empréstimos e financiamentos bancários	2.315	2.034
Agências de fomento	1.432	1.272
Mercado de capitais (debêntures)	2.959	2.158
Empréstimos e financiamentos (1)	6.706	5.464
(+) Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	(1)	(1)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(673)	(728)
(-) Títulos e valores mobiliários	(41)	(29)
Dívida líquida	5.691	4.166

(1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias, vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas. 15.2 **Empréstimos e financiamentos:** As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado. A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros:

	2021	2020
Denominados em R\$	4.623	3.734
Indexados a taxas flutuantes	4.619	3.696
Indexados a taxas fixas	4	38
Denominados em US\$	1.607	1.250
Indexados a taxas flutuantes	1.607	1.008
Indexados a taxas fixas	503	507
Denominados em outras moedas	503	507
Indexados a taxas fixas	503	507
(-) Depósitos em garantia	(1)	(9)
(-) Custos de transação	(26)	(18)
6.706	5.464	
Passivo circulante	1.229	1.244
Passivo não circulante	5.477	4.220

Em 31 de dezembro de 2021, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2021	2020
Custo médio em % CDI (1)	173,0%	174,1%
Custo médio em taxa Pré	8,2%	4,7%
Saldo da dívida	6.706	5.464
Instrumentos financeiros derivativos	(301)	(541)
Dívida total líquida de derivativos	6.405	4.923

(1) A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses. b) **Fluxo de pagamentos futuros de dívida:** Em 31 de dezembro de 2021, o prazo médio do endividamento da Companhia é de 4 anos. Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal (1)	Juros (1)	Instrumentos financeiros derivativos	Total
2022	1.132	519	(60)	1.592
2023	679	388	(133)	1.201
2024	1.464	304	(21)	1.747
2025	1.596	218	(322)	1.491
2026	1.077	168	(187)	1.057
Entre 2027 e 2031	1.185	302	-	1.488
Entre 2032 e 2036	192	96	-	288
2037 em diante	134	20	-	154
Total	7.460	2.015	(457)	9.018

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2021 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstr

17. OUTROS PASSIVOS

	2021	2020
Caução em garantia (1)	163	178
Devoluções a consumidores (i)	119	32
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	22	21
Repasse a terceiros	15	16
Fee aval	-	11
Outros	36	19
Total	355	277
Circulante	340	277
Não circulante	15	89

(1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente, para fazer face tanto as suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços. (i) Devolução no montante de R\$ 71 (nota 3).

18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios. Os benefícios de curto prazo compreendem: (i) programa de participação nos resultados; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado. Os benefícios de longo prazo compreendem: (i) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Benefício Definido"); (ii) plano de previdência complementar ("Plano de pensão - Contribuição Definida"). Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2021	2020
Salários, férias e 13º salário e encargos a pagar	91	63
Benefícios de curto prazo	44	63
Benefícios de longo prazo - pós-emprego	47	72
Total	182	198
Passivo circulante	135	126
Passivo não circulante	47	72

18.1 Benefícios de longo prazo - Pós-Emprego: A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. O plano de benefício definido está fechado para novas adesões, em razão de expor a Companhia ao risco de desequilíbrio atuarial em caso de situação deficitária do plano, de forma que a Companhia teria que efetuar desembolsos extraordinários a fim de assegurar a concessão dos benefícios aos colaboradores e ex-colaboradores participantes dos planos (ativos e assistidos). Já para os planos de contribuição definida a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). Atualmente há apenas um plano de contribuição definida aberto para novas adesões. A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia ("Curadores"). Os Curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguradora social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	2021	2020
Planos de benefício definido		
Néos - Plano PE	56	3.281
Planos de contribuição definida		
Néos - Plano PE	2.129	212
Néos - Plano BA	11	-
Néos - Plano RN	11	1
Néos - Plano CD Néos	1.118	-
Total	3.269	213
	3.325	3.494

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos:

	Benefício definido		Situação	Condição financeira
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.111)	945		
Custo do serviço	1	-		1
Efeitos dos juros	(81)	70		(11)
Contribuições pagas pelos participantes	(1)	1		-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	41		41
Benefícios pagos pelo plano	100	(100)		-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto	(3)	-		(3)
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	3		3
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.095)	960		(135)
Custo do serviço	1	-		1
Efeitos dos juros	(74)	66		(8)
Contribuições pagas pelos participantes	(1)	1		-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	45		45
Benefícios pagos pelo plano	105	(105)		-
Efeito de mudança nas premissas atuariais e limite do teto (1)	77	-		77
Retorno sobre os ativos dos planos (excluindo receitas de juros)	-	(71)		(71)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(987)	896		(91)

Planos deficitários (987) 896 (91)

(1) Em 2021, a Companhia apurou um ganho atuarial pelo efeito das mudanças das premissas demográficas no valor de R\$ 128, ocasionada substancialmente pela alteração da hipótese de mortalidade geral e uma perda atuarial pelo efeito das mudanças das premissas financeiras no valor de R\$ 77, ocasionada substancialmente pela alteração da taxa de juros. **b) Valores reconhecidos no resultado do exercício:**

	2021	2020
Benefício definido		
Custo do serviço	1	(10)
Despesa com juros de passivos	(74)	-
Reculta com juros de ativos	66	-
Total	(7)	(10)
Contribuição definida		
Resultado do exercício	1	(10)
Total		
Benefício definido		
Custo do serviço	(81)	(7)
Despesa com juros de passivos	70	-
Reculta com juros de ativos	(10)	-
Total	(21)	(7)

Alocação dos custos do serviço:

Resultado do exercício 1 (7) (6)

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes:

	2021	2020
Saldo no início		
Efeito de mudança nas premissas atuariais	32	32
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(71)	(3)
Efeito bruto	6	-
Tributos sobre o lucro	(2)	-
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	4	-
Saldo no final	36	32

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2021	2020
Benefício definido		
Valor presente das obrigações atuariais	(987)	(1.095)
Valor justo dos ativos	896	960
Total passivo (ativo) líquido	(91)	(135)
Passivo circulante	(44)	(63)
Passivo não circulante	(47)	(72)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o passivo atuarial da Companhia incluía um contrato de obrigação financeira para reequilíbrio atuarial do plano de benefício definido Néos, nos montantes de R\$ 52 e R\$ 60, respectivamente. Este contrato gera uma obrigação extraordinária para a Companhia, atualizado pelo INPC + 6% a.a., com amortização mensal e vencimento em dezembro de 2023. **e) Outras informações dos planos de benefício definido: (i) Ativos dos planos por categoria**

	2021		2020	
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo
Investimento direto:				
Fundo de investimento imobiliário	-	21	-	17
Outros	-	40	-	58
Investimento através de fundos:				
Fundo de investimento - Ações/Quotas	27	-	27	21
Fundo de investimento - Multimercado	27	-	27	25
Fundo de investimento - Renda fixa	780	-	780	839
Total	834	61	895	885

(ii) **Expectativa de pagamentos futuros:** As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	2021	2020
Benefício definido		
2022	87	86
2023	86	84
2024	82	82
2025	80	80
2026	365	365
Entre 2027 e 2031	784	784
Total	1.625	1.625

Para fins de capitalização do plano, a Companhia espera desembolsar R\$ 46 no exercício de 2022. (iii) **Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas:** Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	2021	2020
Benefício definido		
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%	1.031	1.149
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	4,51%	4,90%
Impacto no duração da obrigação atuarial	9,45	9,88
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%		
Valor presente da obrigação atuarial	946	1.048
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	-4,17%	-4,30%
Impacto no duração da obrigação atuarial	8,88	9,27

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2021	2020
Benefício definido		
Taxa média nominal de desconto	8,18%	7,04%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	4,03%	4,28%
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	N/A
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,00%	3,25%
Duration (em anos)	9,16	9,57

(iv) **Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos: Risco geral** - O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o déficit com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente. **Mudanças na taxa de juros** - A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor das participações de renda fixa. **Investimentos e volatilidade** - O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano (ALM). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar (PREVIC). Hipóteses atuariais e econômicas - Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano. **f) Política contábil e julgamentos críticos: (i) Política contábil:** Os planos de benefícios de longo prazo - pós-emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida. Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazos de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano. Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudan-

ças nas premissas atuariais são reconhecidas no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes". Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que lhe deram origem. As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do período a que as contribuições se referem. (ii) **Estimativas e julgamentos críticos:** O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão. A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social: O capital social está representado por ações ordinárias ("ON") e ações preferenciais ("PNA" e "PNB"), todas sem valor nominal. A emissão e colocação das ações será feita por deliberação do Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado, estabelecendo quantidade, preço e demais condições de emissão, subscrição e integralização. O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 700 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 663 (R\$ 663 em 31 de dezembro de 2020). A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte (por unidade de ações):

Acionistas/Otdte. Ações vs R\$	Ordinárias		Pref. A		Pref. B		Total	
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
Neoenergia S.A.	66.022.590	587	464.272	4	400.375	4	66.887.197	595
Outros	280.143	2	7.102.982	63	342.066	3	7.725.191	68
Total	66.302.693	589	7.567.254	67	742.441	7	74.612.388	663

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda, no caso de existir lucro a distribuir: (i) As ações preferenciais "Classe A" têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais "Classe A"; (ii) As ações preferenciais "Classe B" têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais "Classe A", sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. **19.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas: a) Lucro por ação:** Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2021	2020
Lucro básico e diluído por ação:		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	334	193
Lucro disponível aos acionistas preferenciais A	38	22
Lucro disponível aos acionistas preferenciais B	4	2
Total	376	217

Em unidades de ações

	2021	2020
Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	66.302.693	66.302.693
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A	7.567.254	7.567.254
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais B	742.441	742.441
Total	74.612.388	74.612.388

Lucro básico e diluído por ação

Ação ordinária (R\$)	5,04	2,91
Ação preferencial A (R\$)	5,04	2,91
Ação preferencial B (R\$)	5,54	3,20

b) Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	376	376
Reserva de incentivo fiscal	(21)	(21)
Remuneração a distribuir	355	355
Remuneração		
Mínima obrigatória (25% do lucro líquido ajustado)	89	86
Remuneração adicional	266	269
Total	355	355

Natureza da remuneração

Dividendos	279
JCP	76
Total	355

Remuneração total por ação

A Administração propôs ao Conselho de Administração a destinação referente ao exercício de 2021 no montante de R\$ 355, dos quais R\$ 255 ainda dependem de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. Desta forma, em 31 de dezembro de 2021, este montante permanece reconhecido no patrimônio líquido da Companhia, como dividendos adicionais propostos. Em junho de 2021, o Conselho de Administração aprovou a remuneração antecipada aos acionistas no montante de R\$ 30 (R\$ 36, menos R\$ 6 de imposto de renda), na forma de Juros sobre capital próprio, integralmente pagos pela Companhia em agosto de 2021. O Conselho de Administração aprovou, a título de remuneração antecipada do exercício de 2021, a ser considerado no computo do dividendo mínimo obrigatório, o montante de R\$ 34 (R\$ 40, menos R\$ 6 de imposto de renda), na forma de Juros sobre capital próprio, a ser pago até 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, o montante a pagar aos acionistas da Companhia é de R\$ 60 (R\$ 67 em 31 de dezembro de 2020). Os valores deliberados aos acionistas, por natureza de remuneração, estão apresentados como segue:

Deliberação	Natureza de remuneração	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
2021					
AGEE de 08 de abril de 2021	Dividendos adicionais 2020	109	1,4656307	1,4656307	1,6121937
RCA de 30 de junho de 2021	Juros sobre capital próprio	36	0,4826700	0,4826700	0,5309370
RCA de 16 de dezembro de 2021	Juros sobre capital próprio	40	0,5287961	0,5287961	0,5816757
		185			
2020					
AGO de 30 de julho de 2020	Dividendos adicionais 2019	75	1,0034628	1,0034628	1,1038091
RCA de 22 de dezembro de 2020	Juros sobre capital próprio	76	1,0147331	1,0147331	1,1162064
		151			

A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	2021	2020
Saldo em 01 de janeiro	67	41
Declarados do exercício	101	76
Declarados de exercícios anteriores	109	75
Imposto de renda retido na fonte	(11)	(12)
Pagos no exercício	(206)	(113)
Saldo em 31 de dezembro	60	67

19.3 Outros resultados abrangentes: A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) obrigações atuariais de benefícios a empregados; e (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de hedge accounting de fluxo de caixa. **19.4 Reserva de capital: (i) Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio:** Reserva no montante de R\$ 30 em 31 de dezembro de 2021 e 2020. (ii) **Reserva especial de ágio:** Reserva líquida no montante de R\$ 455, sendo R\$ 508 correspondente ao ágio gerado em função da reestruturação societária da Companhia através da incorporação, e R\$ 53 que corresponde a valor já capitalizado, em 31 de dezembro de 2021 a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 444 (R\$ 433 em 31 de dezembro de 2020). **19.5 Reserva de Lucros: (i) Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício baseada no artigo 182, § 1º da Lei 6.404/76, considerando que a reserva legal somada à reserva de capital, excede o limite de

custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.7 (análise de sensibilidade). **21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR") ou "VJORA"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2021			2020		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	146	-	146	322	-	322
Títulos e valores mobiliários	40	-	40	29	-	29
Instrumentos financeiros derivativos	330	-	330	552	-	552
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	3.493	3.493	-	2.680	2.680
	516	3.493	4.009	903	2.680	3.583
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	122	-	122	286	-	286
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	29	11	-	11
	151	-	151	297	-	297

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2021 e 2020, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 406 e R\$ 104, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgadas na nota 12.1. **21.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2021		2020	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	6.584	6.485	5.178	5.170

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil. **21.5 Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • **Custo Amortizado ("CA"):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • **Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"):** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) **Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **21.6 Métodos e técnicas de avaliação:** (i) **Concessões do serviço público:** Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. (ii) **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia. (iii) **Instrumentos financeiros derivativos:** A estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculada por meio da utilização de metodologias adotadas como um padrão de mercado, que refletem corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. **21.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** Em 31 de dezembro de 2021 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*, *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*LIBOR*). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago 2021
	2021	2020		2021	2020	
Swap US\$ pré vs R\$ pós						
Ativo	US\$ -	US\$ 32	2021	-	169	
Passivo	RS -	RS 101		-	(101)	
Líquido				-	68	(68)

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago 2021
	2021	2020		2021	2020	
Swap US\$ pós vs R\$ pós						
Ativo	US\$ -	US\$ 47	2021	-	242	
Passivo	RS -	RS 151		-	(151)	
Líquido				-	91	(91)

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago 2021
	2021	2020		2021	2020	
Swap US\$ pré vs R\$ pós						
Ativo	US\$ 288	US\$ 162	2024 - 2026	1.615	879	
Passivo	RS 1.435	RS 656		(1.496)	(687)	
Líquido				119	192	(73)

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Euro: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Euribor). O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago 2021
	2021	2020		2021	2020	
Swap EUR \$ pré vs R\$ pós						
Ativo	€ 80	€ 80	2022	517	521	
Passivo	RS 357	RS 352		(361)	(355)	
Líquido				156	166	(10)

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA. O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e mensurado ao valor justo por meio do resultado:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago 2021
	2021	2020		2021	2020	
Swap IPCA vs CDI						
Ativo	RS 120	RS 108	2022	120	117	
Passivo	RS 94	RS 92		(94)	(93)	
Líquido				26	24	2

Programa de hedge para desembolsos em Dólar: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao US\$, a Companhia pode contratar operações via opções e *NDF* (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago 2021
	2021	2020		2021	2020	
NDF						
Desembolso USD						
Termo	US\$ 1	US\$ 2	2022 - 2023	-	-	
Líquido						

Programa de hedge para desembolsos em Euro: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao €, a Companhia pode contratar operações via *NDF* (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado - Valor a receber/recebido ou a pagar/pago 2021
	2021	2020		2021	2020	
NDF						
Desembolso EUR						
Termo	€ 2	-	2022 - 2024	-	-	
Líquido						

21.8 Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. - **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,5805	(1.607)	(402)	(804)
Swap Ponta Ativa em Dólar		Queda do Dólar		1.614	404	807
Exposição Líquida				7	2	(251)
Dívida em Euro	Euro (€)	Alta do Euro	6,3210	(503)	(126)	(251)
Swap Ponta Ativa em Euro		Queda do Euro		517	129	259
Exposição Líquida				14	3	8

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*.

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,5805	(4)	1	2
NDF		Queda do Dólar		4	(1)	(2)
Exposição Líquida				-	-	(5)
Item protegido: parte de desembolsos em EUR	Euro (€)	Alta do Euro	6,3210	(11)	2	5
NDF		Queda do Euro		11	(2)	(5)
Exposição Líquida				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Taxa de Risco	Exposição período (Saldo/Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	9,15%	644	51	(13)
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures						
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	9,15%	(2.537)	(266)	(67)
Swaps CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	9,15%	(1.950)	(208)	(52)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	10,74%	(2.081)	(314)	(58)
Swaps IPCA x CDI (Ponta Ativa)	IPCA	Alta do IPCA	10,74%	120	21	3

22. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	Compra de Energia (1)	Construção de Infraestrutura
2023	4.315	1.016
2024	3.732	723
2025	3.676	821
2026	3.945	949
2027	4.197	1.005
Entre 2028 e 2031	18.817	5.046

(1) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

23. MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Elena León Muñoz Presidente	Francesco Gaudio Presidente
Fulvio da Silva Marcondes Machado Solange Maria Pinto Ribeiro Eduardo Capelastegui Saiz Leonardo Pimenta Gadelha Rogério Aschermann Martins Edison Antônio Costa Britto Garcia Titulares	Eduardo Valdés Sanchez João Guilherme Lamenza Odali Dias Cardoso Luiz Otávio Nunes West Titulares
	José Antonio Lamenza Gláucia Janice Nitsche Antonio Carlos Lopes Helder de Azevedo Alexandre Miranda Coelho Suplentes
DIRETORIA	CONTADORA
Saulo Cabral e Silva Diretor-Presidente Renato de Almeida Rocha Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Juliano Pansanato de Souza Diretor de Planejamento e Controle Fabiano da Rosa Carvalho Diretor de Regulação	Carla Suley Pedreira do Nascimento Reis CRC: BA-017210/0-1 CPF: 614.811.305-87
	Luciana Maximino Maia Superintendente de Contabilidade

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Energética de Pernambuco - CELPE tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2021, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG e o parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2022.		
Fulvio da Silva Marcondes Machado Solange Maria Pinto Ribeiro Eduardo Capelastegui Saiz	Elena León Muñoz - Presidente	Leonardo Pimenta Gadelha Rogério Aschermann Martins Edison Antônio Costa Britto Garcia

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO, dando cumprimento ao que dispôs o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e a proposta da Administração de distribuição dos resultados. Considerando os trabalhos de análise realizados por este Conselho, os esclarecimentos obtidos sobre os atos de gestão durante o exercício social de 2021, bem como o Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, o Conselho Fiscal da Neoenergia Pernambuco, na totalidade de seus membros presentes, opina favoravelmente pela aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e Proposta de Destinação dos Resultados, estando as referidas matérias aptas a serem submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2022.		
Francesco Gaudio Eduardo Valdés Sanchez João Guilherme Lamenza		Luiz Otávio Nunes West Odali Dias Cardoso

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor-Presidente e os demais Diretores da COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida João de Barros nº 111, 9º andar, Boa Vista, Recife/PE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.835.932/0001-08, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG, relativamente às demonstrações financeiras da NEOENERGIA PERNAMBUCO, alusivas ao período findo em 31 de dezembro de 2021; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da NEOENERGIA PERNAMBUCO, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Recife, 16 de fevereiro de 2022.		
Renato de Almeida Rocha - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Juliano Pansanato de Souza - Diretor de Planejamento e Controle Fabiano da Rosa Carvalho - Diretor de Regulação	Saulo Cabral e Silva - Diretor Presidente	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, Recife - PE.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética de Pernambuco - CELPE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Energética de Pernambuco - CELPE em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

M